Nota curricular

Identificação:

Nome: Bernardo Manuel Antunes Marques Fialho
Data e local de nascimento: 16-12-1960 — Lisboa

Formação Académica:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 24 de outubro de 1984;

Pós-Graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional, na Perspetiva da União Europeia, em julho de 1995, pela Universidade de Évora

Experiência Profissional:

2012 até à presente data: Diretor de Serviços de Administração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, em regime de substituição;

2008-2012: Consultor Jurídico no Núcleo de Contencioso do Ministério da Agricultura;

2005-2008: Exercício de funções jurídicas na Circunscrição Florestal do Sul da Direção-Geral dos Recursos Florestais, em apoio direto ao Diretor da Circunscrição e, em casos pontuais, ao Diretor-Geral dos Recursos Florestais;

2002-2005: Coordenador do Núcleo de Apoio Jurídico da Direção Regional de Agricultura do Alentejo;

2001-2002: Exercício de funções jurídicas no Núcleo de Apoio Jurídico da Direção Regional de Agricultura do Alentejo;

1995-2001: Exercício de funções jurídicas na Divisão de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo;

1993-1995: Exercício de funções jurídicas e de acompanhamento de processos de OP e AP, na Divisão de Associativismo e Formação Profissional da Direção Regional de Agricultura do Alentejo;

1992-1993: Assessor do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação;

1988-1992: Exercício de funções jurídicas na Direção de Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária da Direção Regional de Agricultura do Alentejo;

1987-1988: Responsável pela área de Recursos Humanos e Património da Delegação Regional do Alentejo do IAFP;

1987: Exercício de funções em prestação de serviços, como jurista, na Direção Regional de Agricultura do Alentejo; exercício da advocacia;

1985-1987: Serviço Militar Obrigatório na Marinha de Guerra Portuguesa; Estágio de Advocacia na Ordem dos Advogados, concluído em julho de 1987.

208331541

MINISTÉRIO DA SAÚDE**Gabinete do Ministro****Despacho (extrato) n.º 298/2015**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º em conjugação com o n.º 1 do artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, os diretores executivos dos agrupamentos de centros de saúde do Serviço Nacional de Saúde, são designados pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, sob proposta fundamentada do conselho diretivo da respetiva ARS, I. P., para um mandato não superior a três anos, renovável por iguais períodos.

Foi ouvida, nos termos do n.º 5 do citado artigo 19.º, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a designação constante do presente despacho.

Assim:

Nos termos e ao abrigo dos artigos 19.º e 21.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, em conjugação com a Portaria n.º 272/2009, de 18 de março, determina-se, sob proposta do conselho diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., o seguinte:

1 — É designada para o cargo de diretora executiva do Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II — Barlavento, pelo período de três anos, a licenciada Leonor Pera Nunes Bota, atendendo à competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada evidenciadas na

respetiva sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2015.

22 de dezembro de 2014. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Leonor Pera Nunes Bota, natural e residente em Faro.

Formação Académica:

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Mestrado em Economia — Faculdade de Economia da Universidade do Algarve;

Master Droit, Economie, Gestion, Mention Economie Appliquée, Spécialité Aménagement du Territoire et Développement Local — Universidade Bordeaux IV, França;*Máster en Desarrollo Local Sostenible y Economía Social* — Faculdade de Ciências Empresariais de Huelva;*Diploma de Estudios Avanzados en el Área de Conocimiento — Economía Aplicada*, no âmbito do Programa de Doctorado en Gestión y Economía en las PYMES — Faculdade de Ciências Empresariais de Huelva;

Licenciatura em Assessoria de Administração — Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.

Atividade Profissional:

Na ARS Algarve, I. P. — Coordenadora Regional do Algarve dos Cuidados Continuados Integrados, assegurando o planeamento, a gestão, o controlo e a avaliação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) a nível regional; Desempenha funções de jurista na “Equipa Multidisciplinar de Regularização Jurídica do Património Imobiliário” da ARS Algarve, I. P.; Integra a Comissão de Avaliação Técnica do Programa Modelar, assim como a Comissão de Avaliação Técnica das Unidades do Serviço Nacional de Saúde com reconversão para a RNCCI; Garante e acompanha a implementação de outros programas que se enquadrem no âmbito das competências adstritas à Equipa de Coordenação Regional e que, eventualmente, venham a ser equacionados através de diretizes ou estratégias nacionais, assim como a evolução dos respetivos processos; Integra o Observatório Regional do Algarve do Sistema SIM-Cidadão; Desempenha funções de inquiridora e instrutora em procedimentos disciplinares; Desempenhou funções de jurista no Gabinete de Instalações e Equipamentos da ARS Algarve, I. P.; Enquanto técnica superior na Equipa Regional dos Cuidados Continuados do Algarve: organizou e acompanhou regimes de financiamento público na área dos cuidados continuados integrados; desenvolveu e acompanhou procedimentos contratuais na área da saúde; participou no planeamento regional no âmbito da implementação de programas nacionais de saúde; desenvolveu e acompanhou os procedimentos contratuais no âmbito dos cuidados continuados integrados.

Na Câmara Municipal de Faro — Desempenhou funções consultivas de estudo, de planeamento e de aplicação de métodos de natureza técnica de fundamentação e preparação à decisão; Apoiou outros órgãos ou estruturas instituídos pela Câmara Municipal de Faro, no sentido de melhor assegurar a defesa dos direitos e legítimos interesses dos munícipes no seu relacionamento com o município; Promoveu a convergência das estruturas culturais, sociais e económicas do concelho com o município, com vista ao desenvolvimento do concelho; Exerceu funções de Oficial Público competindo-lhe nesse âmbito: preparação, outorga de contratos e protocolos entre o município de Faro, particulares e empresas, para além de outros, no âmbito do apoio ao associativismo desportivo, cultural e social, empreitadas e fornecimentos. Coordenou os Serviços de Apoio às Reuniões do Executivo Camarário (primeiramente como Coordenadora Técnica e posteriormente como Coordenadora de Serviço); Supervisionou o Serviço de Expediente e Arquivo; Integrou vários júris de procedimentos concursais; Apoiou diretamente Presidentes de Câmara, Vereadores e Diretores de Departamento; Desempenhou funções no âmbito do recenseamento eleitoral, Serviço da Assembleia Municipal, Serviço Municipal de Eleições e Serviço Municipal de Habitação.

208331809

Direção-Geral da Saúde**Aviso n.º 320/2015**

Homologação da lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico (área de codificação das causas de morte), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o mapa de pessoal da Direção-Geral

da Saúde aberto pelo Aviso N.º 10936/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 1 de outubro de 2014

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, publica -se a lista unitária de ordenação final homologada, por meu despacho de 23 de dezembro de 2014, do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico (área de codificação das causas de morte), para o mapa de pessoal da Direção-Geral da Saúde, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a constituir por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo aviso n.º 10936/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 1 de outubro de 2014, e na mesma data na Bolsa de Emprego Público com o n.º OE201410/005.

Lista unitária de ordenação final

Ordenação	Candidato	Classificação final
1.º	Lucília Maria Marques Silvestre Cardoso	14,6 valores

23 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Francisco George*.
208328448

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 321/2015

Por despacho de 04-07-2014, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a manutenção da autorização para comercializar por grosso, substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados concedida à sociedade FCC Logística Portugal, S. A., a partir das instalações sitas na Estrada dos Arneiros, n.º 4, 2054-544 Azambuja, por alteração da sua denominação social para Logiters, Logística Portugal, S. A., sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do referido despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

08-07-2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208330107

Aviso n.º 322/2015

Por despacho de 03-07-2014, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a manutenção da autorização para comercializar por grosso, importar, exportar e trânsito de substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados concedida à sociedade Prime Emirates — Trading, Lda., a partir das instalações sitas na Logis-park, Edifício B, Setor I, Rua Ponte dos Cavalos, n.º 425, Pinhal dos Santos Fernandes, 2870-674 Montijo, por alteração da sua sede social para a Praça de Londres, n.º 3 — 4.º Esq., 1000-191 Lisboa, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do referido despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

08-07-2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208330067

Aviso n.º 323/2015

Por despacho de 02-07-2014, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro, autorizo a sociedade ITF Healthvita, Unipessoal, L.ª, com sede social na Rua Consiglieri Pedroso, n.º 123, Barcarena, 2730-054 Queluz de Baixo, a comercializar por grosso substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, a partir das suas instalações sitas na Rua Ponte dos Cavalos, n.º 425, Edifício B, Pinhal dos Santos Fernandes, Alto do Estanqueiro — Jardim, 2870-674 Montijo, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data do referido despacho, e considerando-se renovada por igual período, se o INFARMED, I. P. nada disser até 90 dias antes do termo do prazo.

08-07-2014. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Dr.ª Paula Dias de Almeida*.

208330042

Aviso n.º 324/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do INFARMED, I. P., de 20 de novembro de 2014, foi autorizada a concessão de licença sem remuneração de longa duração ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à técnica superior Inês Matos Silveiro Costa, com efeitos a partir de 3 de novembro de 2014.

17 de dezembro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eurico Castro Alves*.

208330253

Aviso n.º 325/2015

Por meu despacho de 21 de novembro de 2014, foi autorizada a concessão de licença sem remuneração de longa duração ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 280.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à técnica superior Cecília Alexandra Luís de Lima Ramos, com efeitos a partir de 15 de dezembro de 2014.

17 de dezembro de 2014. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eurico Castro Alves*.

208330245

Deliberação n.º 39/2015

(Novas Substâncias Psicoativas)

O Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, que veio estabelecer o regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das novas substâncias psicoativas, atribuiu ao INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED, I. P.), a competência específica para autorizar a produção, importação, exportação, publicitação, venda, detenção ou disponibilização de novas substâncias psicoativas, quando destinadas a fins industriais ou uso farmacêutico.

A Portaria n.º 154/2013, de 17 de abril veio aprovar a lista de novas substâncias psicoativas a que se refere o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril.

Importa, pois, definir os requisitos e pressupostos técnicos de que depende a concessão da referida autorização.

Assim, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17 de abril, bem como do n.º 8 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46/2012, de 24 de fevereiro, o Conselho Diretivo do INFARMED, I. P., delibera o seguinte:

1 — Os requisitos e pressupostos da emissão da autorização para produção, importação, exportação, publicitação, venda, detenção ou disponibilização de novas substâncias psicoativas, quando destinadas a fins industriais ou uso farmacêutico são as que constam do Anexo à presente Deliberação, que dela faz parte integrante.

2 — A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*, e é aplicável aos processos pendentes no INFARMED, I. P.

10 de outubro de 2014. — O Conselho Diretivo: *Helder Mota Filipe*, Vice-Presidente — *Paula Dias de Almeida*, Vogal.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 da presente deliberação)

Artigo 1.º

Objeto

O presente anexo define os requisitos e pressupostos da emissão da autorização para produção, importação, exportação, publicitação, venda, detenção ou disponibilização de novas substâncias psicoativas, quando destinadas a fins industriais ou uso farmacêutico.

Artigo 2.º

Pedido de Autorização

1 — Os pedidos de autorização de quaisquer atividades previstas no artigo 1.º são dirigidos ao presidente do INFARMED, I. P., em suporte papel, neles se identificando a entidade coletiva que os subscreve, devendo o pedido ser instruído com os seguintes documentos:

a) Requerimento assinado pelos membros do órgão social que obrigam a entidade, com as assinaturas reconhecidas na qualidade, onde se encontrem discriminadas as atividades que pretendem exercer;